

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP).

P974

Psicologia e análise do comportamento : saúde e processos educativos [livro eletrônico] / organizadores: Camila Muchon de Melo...[et al.]. – Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2015.

1 Livro digital : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/publicacoes/>

ISBN 978-85-7846-345-8

1. Psicologia. 2. Comportamento – Análise. 3. Saúde.

4. Psicologia educacional. I. Melo, Camila Muchon de.

CDU 159.9

Editora Universidade Estadual de Londrina

Revisão e organização Camila Muchon de Melo
Josiane Cecília Luzia
Nádia Kienen
Sílvia Aparecida Fornazari

Projeto gráfico e diagramação Mila Santoro

Melania Moroz ¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

¹ Endereço eletrônico para correspondência: morozm@pucsp.br

Início minha exposição com um esclarecimento, inspirada em uma conferência de Marc Richelle realizada em 2007, na Universidade de Lisboa. Richelle, como muitos de vocês devem saber, é professor aposentado pela Universidade de Liège, na Bélgica, e durante sua formação como psicólogo a rara oportunidade de conviver com Piaget e Skinner, dois autores fundamentais para a Psicologia, "... combinando a tradição construtivista de Genève com o behaviorismo radical..." (p.17). Ao fazer, naquela conferência, um panorama da Psicologia, Richelle destacou que não faria uma análise do campo nos últimos cinquenta anos, mas sim a faria a partir de sua história profissional.

Na presente reflexão, ao me propor a apresentar algumas contribuições da Psicologia para a Educação, não irei oferecer um panorama do produzido pela Psicologia, fornecendo assim dados objetivos sobre essa área de conhecimento e campo profissional, mas apresentarei minha visão sobre facetas do campo educacional que poderiam ser favorecidas pela Psicologia; é, portanto, a visão de uma profissional cuja formação ocorreu, e cuja atuação continua a ocorrer, na área da Educação, que passo a expor, a seguir. Por se fazer referência à possível intersecção entre dois campos de atuação, é importante situar como se entende cada um deles. Em relação à Psicologia, esta é entendida como um campo de produção de conhecimento científico e de atuação profissional, no qual não há unificação teórica e metodológica, pois convivem diferentes visões sobre o próprio objeto de estudo da Psicologia, formas diversas de abordar as problemáticas, e diferentes explicações para os fenômenos estudados.

Fazendo menção à diversidade teórico-metodológica existente na Psicologia, Silva et. al. (2012) afirmam:

Para Wundt, a Psicologia seria uma mediadora entre as ciências naturais e humanas, tal e como eram entendidas na época (Mariguela, 1995). Dessa forma, Wundt optou por organizar a nova ciência entre diferentes tradições: a experimental (natural) e a social (humana). Como a produção de conhecimento da época baseava-se no paradigma positivista, era enquadrado como científico o estudo que pudesse quantificar e mensurar o fenômeno observado. Wundt deparou, então, com o duplo papel da disciplina: por um lado, o privilégio de poder elaborar experiências laboratoriais e construir leis quantitativas, e, por outro, a realidade psíquica em sua totalidade, considerando que seu objeto é, ao mesmo tempo, pensante e pensado.

Figueiredo (1991) argumenta que essa dualidade estrutural da disciplina faria com que a Psicologia, apesar de ter nascido do bojo de fundamentações de outras ciências, estivesse fadada a nunca encontrar uma única epistemologia que a definisse dentro dos cânones da ciência. Assim, abre-se um campo de divergências e oposições, que refletem as contradições do próprio projeto da Psicologia como uma disciplina única do saber específico. Segundo esse autor, torna-se, assim, inviável uma unificação da Psicologia por meio de

uma “paradigmatização” em torno de apenas uma única alternativa. Mariguela (1995) também argumenta nesse sentido, considerando que as diferentes teorias em Psicologia derivam das suas diferentes áreas de aplicação (p. 332). A despeito da diversidade presente, a Psicologia coloca-se como uma área científica, e como tal produtora de conhecimentos que respondem a critérios aceitos pela comunidade científica, dentre os quais a formulação de explicações que apresentam abrangência e graus de confiabilidade e fidedignidade (caráter racional) e a utilização de procedimentos metodológicos passíveis de serem reproduzidos (caráter sistemático). É como campo científico de conhecimento, no qual reina diversidade epistemológica, teórica e metodológica, que se considera que a Psicologia tem a contribuir para o campo educacional.

Em relação às possíveis contribuições da Psicologia, não se faz restrição apenas às contribuições da Psicologia Escolar, seja considerada como uma subárea do conhecimento cuja “... vocação é a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo”, ou como um campo de atuação profissional, que “... define-se pelo âmbito profissional e se refere a um campo de ação determinado, isto é, o processo de escolarização, tendo por objeto a escola (e seus similares) e as relações que aí se estabelecem...” (Antunes, 2008, p. 470). Considera-se que as contribuições da Psicologia podem ser provenientes tanto dessa subárea específica – a Psicologia Escolar – quanto de outras subáreas e campos profissionais (por exemplo, da Psicologia Clínica, do Esporte, do Trabalho e Organizacional, entre outros).

Feitos esses esclarecimentos em relação à Psicologia, cabe focalizar a que se faz referência quando se fala de Educação. Educar, em seu sentido mais amplo, é transmitir às gerações mais jovens os conhecimentos, habilidades, práticas correspondentes a um dado grupo social (sociedade), o que é de responsabilidade das gerações adultas. A educação, pois, é que torna possível a sobrevivência da sociedade, pois sem ela as novas gerações não estariam preparadas para atuar.

Em seu trabalho sobre história da pedagogia, Abbagnano e Visalberghi (1957/1990) afirmam:

Como sem sua cultura, um grupo humano não pode sobreviver (a menos que assuma uma cultura diversa, mais ou igualmente eficaz, caso em que mudará concomitantemente sua natureza toda) é interesse do grupo que a dita cultura não se disperse nem se esqueça, senão que se *transmita* das gerações adultas às mais jovens, a fim de que estas se tornem igualmente hábeis para manejar os instrumentos culturais e tornem, assim, possível que continue a vida do grupo. Esta transmissão é a *Educação*. (p. 11)

A função da educação não se restringe, porém, a possibilitar a sobrevivência do grupo, já que ela permite, aos seus membros, a aquisição das características humanas – e este é o caráter mais radical da educação, o de permitir a formação do ser humano, já que se alijados das relações educativas, os membros da espécie humana permaneceriam com características apenas filogenéticas. É essa formação do ser humano, com possibilidade de participação social e de transformação das condições econômicas, políticas, jurídicas, enfim das condições de convivência que vigoram na sociedade, que é destacada por Libâneo (1991), ao se referir ao papel Educação. Nas palavras do autor:

A educação – ou seja, a prática educativa – é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade pode cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa transformadora nas várias instâncias da vida social. Não há sociedade sem prática educativa nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (p.16-17)

Assim, ao se falar no papel da educação como transmissora da cultura da sociedade (ou de um grupo social), não se está restringindo seu papel apenas à replicação do passado; se assim fosse, não haveria alterações nos conhecimentos, habilidades, instrumentos, valores, entre outros, ao longo da história humana. Nas sociedades civilizadas (em contraposição às sociedades primitivas), a renovação está presente, e cada vez mais as inovações estão apoiadas no saber científico. Essa dupla direção da função da educação – a manutenção e a modificação da cultura, ou em outras palavras a transmissão do passado e a criação do futuro – apresenta-se como um desafio para as sociedades. Nas palavras de Abbagnano e Visalberghi (1957/1990):

... as chamadas sociedades civilizadas, ou seja, aquelas nas quais os elementos culturais estão, em alguma medida, abertos às inovações e retificações, ... enfrentam um duplo problema. O primeiro é o de conservar e transmitir, da forma mais eficaz possível, os elementos culturais reconhecidos como válidos e indispensáveis para a vida da própria sociedade. O segundo é o de renová-los e corrigi-los, continuamente, de modo a torná-los adequados para fazer frente a novas situações naturais ou humanas. (p.13-14)

E, mais, ao se falar no papel da educação como transmissora da cultura da sociedade (ou de um grupo social), estão sendo consideradas as práticas educativas realizadas por diferentes instituições sociais, pois conforme destacado por Libâneo (1991):

Em sentido amplo, a educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, nos quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente; neste sentido, a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana. Em sentido estrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais. (p.17)

O exposto evidencia que a Educação tem função primordial nas sociedades, muito embora as ações educativas tenham variado ao longo da história humana, o mesmo ocorrendo com a reflexão sobre o papel da Educação. Recorrendo ao Dicionário de Filosofia de Abbagnano (1901/1982), verifica-se que a pedagogia, que em sua origem era termo que designava a *prática ou a profissão do educador*, passou a se referir tanto à reflexão sobre os fins éticos e políticos do homem, revestindo-se de caráter filosófico, quanto à reflexão sobre os meios e expedientes utilizados para ensinar as aquisições que seriam básicas para a vida do indivíduo, aqui se evidenciando sua natureza prática. Afirma o autor:

A reflexão pedagógica aparece, assim, até certo ponto, dividida em dois ramos, procedendo cada um por sua própria conta: o primeiro de natureza filosófica e elaborado em vista do fim que a ética propõe ao homem; o segundo, de natureza empírica ou prática, elaborado em vista do primeiro e mais elementar adestramento da criança para a vida. (p. 717)

Essas duas vertentes – a reflexão sobre os fins da Educação e os meios/ procedimentos de atingi-los - continuam presentes até hoje na reflexão sobre o campo educacional, particularmente quando se coloca em foco a escola. Foi apenas em período relativamente recente, na história da humanidade, que a sociedade passou a atribuir a função educativa das novas gerações a um tipo de instituição especial – a escola. A escola permite que grande parte, ou a totalidade, como nas sociedades mais desenvolvidas, dos membros das gerações mais novas aprendam, de forma planejada e organizada, o que foi produzido. O sistema

escolar instituído tem a vantagem de permitir que um aprendiz conheça muito mais da sabedoria de sua cultura do que ele conseguiria descobrir, caso o fizesse por si próprio; tem a vantagem de desenvolver, de forma planejada e sistemática, os repertórios que são fundamentais para a sobrevivência do indivíduo e da sociedade. Enfim, a escolarização, na atualidade, configura-se como condição essencial para que o indivíduo possa exercer sua cidadania.

Com efeito, é a escolarização básica que possibilita aos indivíduos aproveitar e interpretar, consciente e criticamente, outras influências educativas. É impossível, na sociedade atual, com o progresso dos conhecimentos científicos e técnicos, e com o peso cada vez maior de outras influências educativas (mormente os meios de comunicação de massa), a participação efetiva dos indivíduos e grupos nas decisões que permeiam a sociedade sem a educação intencional e sistematizada provida pela educação escolar (Libâneo, 1991, p. 18). Nesse ponto, passa-se a restringir o campo educacional; não mais estão englobadas as ações educativas realizadas pela família, por amigos, ou por instituições de caráter religioso ou assistencialista, entre outras instituições que podem educar. Faz-se referência, a partir de agora, àquilo que é realizado nas instituições escolares, inseridas no sistema escolar brasileiro.

No Brasil, as relações entre a Psicologia e a Educação, particularmente nas instituições escolares, podem ser rastreadas, em diferentes momentos históricos do país, mesmo antes de a Psicologia se estabelecer como área de conhecimento e profissional autônoma; de acordo com Antunes (2011), já no período colonial estavam presentes temáticas como aprendizagem, desenvolvimento infantil (sensorial, motor, intelectual), motivação, personalidade.

Embora longínquas, as relações estabelecidas entre Psicologia e Educação, porém, nem sempre foram harmônicas; claramente há um embate entre ambas, em meados do século XX, momento em que se apresenta crítica contundente contra a forte influência da Psicologia na Educação, sob o argumento de que, no tratamento de fenômenos educacionais, desconsiderava-se sua complexidade, reduzindo-se o foco de análise e de interpretação à variante psicológica. Segundo Antunes (2011), “O trabalho de Maria Helena Patto foi um marco na crítica à psicologia escolar hegemônica...” (p. 26).

Tal crítica – que no interior da própria Psicologia foi apresentada por Patto que se opôs às explicações, para os denominados “problemas de aprendizagem”, na perspectiva clínica e com atribuição causal ao aluno, desconsiderando os fatores escolares – foi encampada pela Educação, transformando-se em posicionamento praticamente hegemônico de contraposição aos saberes da Psicologia e à atuação do psicólogo, considerados como ratificadores – senão estimuladores – das desigualdades sociais. Tal contraposição é revelada nas críticas ao “psicologismo” e, em casos mais extremos, na eliminação/desconsideração da Psicologia (saberes e atuação).

Aqui, considera-se importante fazer duas observações. Primeiro, não se pode negar que a escola, sendo parte da sociedade, apresenta-se como um local/mundo complexo; assim sendo, não se pode reduzir a compreensão dos fenômenos ou dos problemas escolares à vertente psicológica apenas. Daí, não se conclui, porém, que se deva negar ou excluir os conhecimentos produzidos pela Psicologia, como foi feito em momentos mais agudos do embate.

O segundo ponto a destacar refere-se à desigualdade social, um dos problemas historicamente presentes, e ainda não resolvidos, da sociedade brasileira. Tal desigualdade revela-se, também, no sistema escolar – algo claramente evidenciado quando se compara o desempenho de alunos de escolas públicas e privadas, em diferentes regiões do Brasil. Embora o acesso ao Ensino Fundamental tenha sido garantido à população brasileira – o que poderia ser tomado como forma de equalização das oportunidades para as diferentes classes sociais –, a qualidade sofrível do ensino ministrado àqueles que dependem das escolas públicas mostra que tal acesso não é fator de inclusão social.

Ter apenas acesso à escola, mas não aos conhecimentos, habilidades, valores veiculados pela escola e exigidos pela sociedade, via de regra leva à exclusão das melhores oportunidades de atuação no mercado formal de trabalho, por exemplo, ficando comprometidas não apenas a inserção produtiva, mas também a vida futura do aluno. Assim, numa sociedade desigual, tem-se um contexto educacional de desigualdade. É nesse contexto que psicólogos e educadores vão atuar.

Embora a atuação da instituição escolar, por si só, não possa eliminar a desigualdade social, considera-se que ela pode ser fator relevante para a criação de um contexto educacional e de uma sociedade mais equânimes. Para tanto, deve desempenhar de forma eficiente seu papel de formadora das novas gerações.

Diferentes aspectos podem compor o leque formativo do aluno, no entanto um deles necessariamente precisa ser focalizado pela escola – o ensino de conhecimentos e habilidades, relativos à cada uma das diferentes áreas do saber, que foram gerados ao longo da história da humanidade e que são considerados necessários, num dado momento histórico. Ensinar tais saberes é função específica da escola, função que lhe foi atribuída pela sociedade, como já salientado. É no desempenho dessa função, que apresenta especificidades, que a Psicologia, considerada como ciência e como profissão, tem muito a contribuir.

No contexto escolar, defende-se que o processo ensino-aprendizagem é - ou deveria ser - o mediador das ações de diferentes grupos, tenham atuação direta (professores) ou indireta (gestores, no caso supervisor, diretor e coordenadores; especialistas, dentre eles, o psicólogo; família e comunidade) junto aos alunos. O professor é o profissional que atua diretamente com o aprendiz, pois a ele a sociedade atribuiu a função de ensinar, isto é, de propor os procedimentos, as metodologias de ensino que levarão ao aprendizado (a pedagogia). Tem-se uma relação assimétrica, que possui uma direção clara: o professor é responsável por promover o aprendizado do aluno. Isto significa dizer que só se admite ter havido ensino se ocorreu o aprendizado do que foi ensinado; se não houve aprendizado, conclui-se que não houve ensino, muito embora o professor possa ter executado inúmeros procedimentos que, supostamente, levariam o aluno a aprender.

No Brasil, os dados de avaliações sistemáticas mostram que o sistema escolar brasileiro não é eficiente; em diferentes áreas do conhecimento (português, matemática, ciências) os alunos estão muito aquém do esperado para a série cursada. (Como já exposto, as consequências para o aluno são desastrosas, especialmente para os das escolas públicas). Conclui-se, portanto, que não está havendo ensino, já que até mesmo as aquisições mais elementares (ler, escrever, por exemplo) não estão apresentadas pelos alunos. É uma situação que deve ser mudada, urgentemente.

Tendo clareza de que a alteração desse quadro dependerá de um conjunto de fatores, dentre os quais decisões governamentais que alterem condições infraestruturais, salariais, curriculares, entre outras, considera-se que, ainda assim, há espaço para mudanças/melhorias na educação escolar.

Dentre os fatores que poderiam contribuir para alterar esse resultado, há que se pensar nos procedimentos de ensino, isto é, nos expedientes, nos meios pedagógicos utilizados pelo educador. Considera-se ser esse um dos focos mais importantes para a contribuição da Psicologia: elaborar conhecimentos sistemáticos e solidamente embasados, teórica e empiricamente, que permitam não só aperfeiçoar, mas também gerar novas metodologias específicas aos conteúdos das diferentes disciplinas da grade curricular (língua portuguesa, matemática, ciências, história, ...).

Tais conhecimentos procedimentais, no entanto, deveriam ser adequados, pelo educador, às condições específicas de seu grupo de alunos. No momento em que a sociedade instituiu a escola e a sala de aula – na qual um grupo de aprendizes está sob orientação de um educador – há a necessidade de o educador conseguir atuar com a diversidade dos alunos. Um grupo-classe não apresenta repertório homogêneo; alguns de seus membros apresentam o repertório inicial esperado, porém outros o apresentam aquém ou além. Como o educador deve atuar diante de tal diversidade? Como fazê-lo em uma situação de grupo, que se diferencia totalmente de uma relação individual professor-aluno? Aqui se coloca uma nova possibilidade para a contribuição da Psicologia: produzir conhecimentos que subsidiem o educador a elaborar/ planejar e executar ações adequadas aos repertórios de conhecimento específicos de seu grupo-classe.

Duas implicações decorrem dessa forma de entender o processo ensino-aprendizagem. 1) A avaliação deve ser considerada não apenas como uma forma de aferir o aprendizado do aluno, mas também, e principalmente, como uma forma de avaliar o ensino; ou seja, o desempenho do aluno, bom ou ruim, tem relação com o ensino efetivado. A Psicologia, com estudos e pesquisas realizadas na área de avaliação, pode contribuir para auxiliar o professor a elaborar formas mais adequadas de avaliar o desempenho do aluno,

analisar os resultados obtidos, e redirecionar sua atuação para produzir um ensino mais eficiente. 2) Em relação às dificuldades no desempenho escolar, frequentemente chamadas “dificuldades de aprendizagem”, elas não podem ser atribuídas a “problemas” (afetivos, intelectuais, sensoriais, familiares) dos alunos – algo que esteve presente na história da relação entre Psicologia e Educação –, mas o devem ser ao processo de escolarização, isto é às condições oferecidas, dentre as quais os procedimentos de ensino. É claro que desenvolvimentos sensoriais atípicos interferem no ritmo da aprendizagem, porém, esses são casos menos frequentes e que, ainda assim, devem ser alvo de ensino em condições especiais. E aqui vale um destaque: embora a Psicologia tenha grande contribuição a oferecer em relação à compreensão do desenvolvimento cognitivo, sensorial e afetivo dos seres humanos em geral, ela é particularmente essencial no que se refere à proposição de formas de atuação específicas para os indivíduos que apresentam desenvolvimento atípico.

Ainda colocando como foco a prática educativa, há outra faceta a ser considerada: o gerenciamento das atividades didáticas em sala de aula. Aqui, faz-se referência à execução do planejado. Dentre outros aspectos, o professor deve distribuir as atividades pelo tempo disponível, instruir como devem ser realizadas, acompanhar o executado, indicando tanto as adequações quanto as inadequações apresentadas pelos alunos e reorientando, quando necessário. Ainda, o educador precisa obter a atenção e o engajamento do aluno nas atividades propostas, comportamentos necessários para o aprendizado de qualquer repertório.

Em relação à sala de aula, uma das queixas mais frequentes dos professores refere-se à chamada “indisciplina”, isto é, à presença de comportamentos não acadêmicos – como conversas com colegas ou no celular, movimentação na sala de aula, cantorias ou realização de brincadeiras e jogos, entre outros –, que impedem a execução das atividades escolares. Os comportamentos não acadêmicos indicam que a atenção e engajamento dos alunos ocorrem em outras atividades, que não as propostas pelo professor. É comum o professor tentar conseguir atenção e engajamento utilizando mecanismos coercitivos (brincas, pontos negativos, bilhete a pais etc.), que têm efeitos temporários, além de subprodutos nocivos, dentre os quais emocionais. Como deve então o professor atuar para reverter tal situação? A Psicologia tem produzido, sistematicamente, estudos sobre variáveis motivacionais, formas de promover o engajamento nas atividades acadêmicas, efeitos da coerção, efeitos do reforçamento, além de pesquisas sobre os comportamentos de atenção, de estudo, de autonomia, entre outros. Esses conhecimentos podem auxiliar o professor no gerenciamento mais eficaz de sua sala de aula, dessa forma gerando não apenas comportamentos produtivos mas, também, bem-estar afetivo; tais conhecimentos podem, ainda, auxiliar o professor a ensinar repertórios de autonomia intelectual.

Em tempos mais recentes, ao lado das “queixas de indisciplina”, tem sido comum o relato de episódios de violência na escola. Tais episódios não se restringem aos alunos, mas envolvem membros dos demais grupos de participantes da educação escolar – professores, gestores, familiares e até mesmo pessoas da comunidade –, indicando que as relações entre membros de um mesmo segmento ou de segmentos diferentes podem atingir níveis elevados de conflito. Os estudos da Psicologia sobre bullying, agressividade, violência, vandalismo contribuem para o entendimento de variáveis relacionadas à emergência dos episódios de conflito na escola, à sua intensidade e às suas formas de expressão; ainda, os conhecimentos derivados de pesquisas sobre habilidades sociais, atuação em grupo, relacionamentos interpessoais, comportamento moral e ético, por exemplo, podem auxiliar tanto na proposição de formas de atuação para diminuir, ou eliminar, a frequência de tais episódios, quanto na promoção de relacionamentos cooperativos e eticamente comprometidos.

Como já dito, a Educação deve possibilitar ao aprendiz adquirir os repertórios considerados necessários pela sociedade, repertórios que não podem se limitar à reprodução do conhecido, mas devem levar à inovação, tornando o grupo social hábil no enfrentamento dos problemas com os quais irá se deparar em tempo futuro. E, aqui se identifica outra importante contribuição da Psicologia, com seus estudos sobre originalidade, criatividade, resolução de problemas, raciocínio lógico, entre outros.

Outros exemplos de contribuição da Psicologia para a Educação, como a orientação profissional, a orientação sexual e o relacionamento entre gêneros, entre tantas outras possibilidades, poderiam ser citados.

Muito provavelmente, os profissionais e estudantes aqui presentes identificaram alternativas que não foram mencionadas e que poderiam ser implementadas, aproximando os dois campos. Quaisquer que sejam as alternativas, para que haja aproximação profícua desses campos considera-se necessário não só que o conhecimento produzido pela Psicologia seja transposto para as condições de concretização do trabalho educacional, como também que o psicólogo atue em parceria com os profissionais da educação, tomando as decisões de forma conjunta, eventualmente com a participação de outros especialistas. Em tais condições, a Psicologia poderá oferecer seus conhecimentos específicos em prol da maior eficiência do processo de escolarização das novas gerações.

As informações fornecidas até o momento exemplificam temáticas que, afetas ao campo educacional, poderiam ter a contribuição da Psicologia; como complementação, recorre-se aos trabalhos de Oliveira, Cantalice, Joly e Santos (2006), Souza-Silva, Pires, Blascovi-Assis e Paula (2010) e Silva et al. (2012), que analisaram a produção científica de Psicologia a partir de artigos de periódicos científicos nacionais.

Oliveira, Cantalice, Joly e Santos (2006), focalizando particularmente a revista *Psicologia Escolar e Educacional*, analisaram 136 artigos que foram publicados em uma década (entre 1996-2005). Verificaram, entre outros aspectos, que foram abordadas 23 temáticas, quais sejam: teste/construção de instrumentos (10,4%), métodos de ensino/aprendizagem (9,5%), leitura (8,1%), criatividade (8,1%), aspectos afetivos/emocionais (7,3%), inteligência/raciocínio/cognição (6,6%), psicologia escolar (6,6%), relação família/escola (5,9%), dificuldades/distúrbios de aprendizagem (4,4%), sociabilidade (4,4 %), desempenho acadêmico (4,4%), leitura e escrita (3,7%), programas educativos (2,9%), produção científica (2,9%), motivação (2,9%), relação professor/aluno (2,2 %), escrita (2,2%), saúde na escola (1,5%), estratégias de aprendizagem (1,5%), personalidade (1,5%), outros (1,5%), condições de estudo (0,7%), orientação profissional (0,7%).

Pode-se constatar não apenas a amplitude de temáticas, mas também o fato de que algumas são mais frequentemente estudadas, enquanto outras ainda são pouco abordadas; em relação às últimas, as autoras afirmam:

Chama atenção o fato de que a orientação profissional, assunto tão relevante em vários contextos educacionais tenha apresentado apenas uma publicação. Uma explicação possível seria a que os estudiosos desse tema têm no Brasil um lócus próprio de publicação, que é um periódico específico da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP), mas mesmo com assim seria esperado que o tema ocupasse um espaço maior na área educacional. (p.290)

Verifica-se, pois, que há contribuições da Psicologia para a Educação em uma ampla variedade de temáticas, porém também se verifica que há temáticas fundamentais para a área educacional, cujos estudos precisam ser incrementados.

Souza-Silva, Pires, Blascovi-Assis e Paula (2010) analisaram 213 artigos publicados entre 1999-2009 em uma revista generalista da área de Psicologia, e verificaram a ocorrência das seguintes temáticas: tratamento e prevenção (38%), psicologia social (23%), fundamentos e medidas (11%), desenvolvimento humano (7%), ensino e aprendizagem (6%), psicologia fisiológica (5%), trabalho e organizacional (3%), outros (7%). Dentre os temas abordados, houve predomínio de temas ligados ao tratamento e prevenção em psicologia e à psicologia social (61% de toda a produção), sendo que ensino e aprendizagem e desenvolvimento humano tiveram baixa porcentagem de produção.

Silva et al. (2012) analisaram 379 artigos das revistas *Qualis A* nacionais, na área da Psicologia, no ano de 2010. Verificaram que a produção científica se concentrou nas subáreas psicologia social (33,5%), psicologia clínica (23%), psicologia do desenvolvimento humano (11,1%), além de metodologia e avaliação (10,0%), abarcando quase 80% da produção científica; apenas 5% dos artigos foram categorizados como psicologia educacional e escolar. Esse estudo e o de Souza-Silva et al. (2010) apresentam dados compatíveis: os recortes clínico e social são os privilegiados na produção científica; diferentemente, no caso da psicologia educacional e da temática ensino-aprendizagem, diretamente relacionadas à área educacional, a produção científica é pouco frequente.

Os resultados desses trabalhos evidenciam, de um lado, que há uma diversidade de temáticas estudadas pela Psicologia, e particularmente pela Psicologia Educacional e Escolar, produzindo-se conhecimentos que podem subsidiar o campo educacional; por outro lado, quando se focaliza a produção científica das diferentes subáreas da Psicologia, evidencia-se que a educacional/escolar é uma das menos privilegiadas. Assim, encerra-se a presente exposição com uma questão: se a Educação é essencial à sobrevivência da sociedade e se a Psicologia pode contribuir de forma relevante para que a Educação cumpra seu papel de forma eficiente, por que o campo educacional é tão pouco escolhido? Que esta questão seja um desafio para os interessados na relação entre Psicologia e Educação.

Referências

- Abbagnano, N. (1982). *Dicionário de Filosofia*. (A. Bosi, trad). São Paulo: Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1901).
- Abbagnano, N. & Visalberghi, A. (1990). *Historia de la Pedagogía*. (J. H. Campos, trad.). México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1957).
- Antunes, M. A. M. (2011). Psicologia e Educação no Brasil: Uma análise histórica. In R. G. Azzi & M. T. A. Gianfaldoni (2011). *Psicologia e Educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Antunes, M. A. M. (2008) Psicologia escolar e educacional: História, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12, 469- 475.
- Libanêo, J. C. (1991). *Didática*. São Paulo: Cortez. Coleção Magistério do 2º Grau. Série Formação de Professores.
- Oliveira, K. L., Cantalice, L. M., Joly, M. C. R. A., & Santos, A. A. A. (2006). Produção científica de 10 anos da revista psicologia escolar e educacional (1996/2005). *Psicologia Escolar e Educacional*, 10, 283-292.
- Richelle, M. (2007). My fifty years in Psychology. In J. Marques & A. Estrela (Eds.), *Psicologia e Educação: ciclo de conferências*. Lisboa: Educa.
- Silva, T. L. G. da, Capra-Ramos, C., Victorazzi, A. R., Silva, F. C. da, Lima, C. W. M., Brunnet, A. E., Pizzinato, A. (2012). Análise temática e metodológica da publicação científica em Psicologia no Brasil. *Psicologia em Revista*, 18, 330-346.
- Souza-Silva, J. R. de, Pires, I. H., Blascovi-Assis, S. M. & Paula, C. S. de (2010). Análise da produção científica de dez anos da revista Psicologia: Teoria e Prática. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12, 164-171.